

## **Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais.**

HARUF SALMEN ESPINDOLA  
JÚLIO CÉSAR PIRES PEREIRA DE MORAIS  
BARBARA PARREIRAS DE AQUINO  
ANA CAROLINE GOMES ESTEVES  
RENATA FLOR MARINS

O naturalista Saint-Hilaire (1974: 176-177) se referiu à fraqueza da sociedade frente à natureza da zona do rio Doce. “*A natureza aí conservou quase toda a sua potência; o homem isolado, lutando contra ela, mostra o quanto é ele fraco, e, após tantos esforços apenas deixa ligeiros traços de seu trabalho. ...sou testemunha das que se quiseram criar aqui a fim de tornar navegável o rio Doce, de explorar o ouro e o ferro em Minas Gerais...*” Quase cem anos depois, Nelson de Senna (1906) deslumbrava-se com a possibilidade de se enriquecer com os recursos naturais do Vale do Rio Doce: “Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no vale do rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa...” Na opinião de Senna, bastava “a organização de uma grande empresa ou sindicato para explorar as grandes riquezas naturais do rio Doce”, para o “lendário rio, oferecer ao homem as maiores opulências e tesouros”.

Nas três primeiras décadas do século XX, a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), iniciada em 1903, foi o principal fator de incremento do povoamento e transformação da paisagem. A Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, fundada em 1901, traçou uma ferrovia com início no porto de Vitória, no Espírito Santo, e término na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, seguindo o Rio Doce até Figueira (atual Governador Valadares), onde avançaria pelo vale do rio Suaçuí Grande, passando por Peçanha, até atingir o ponto terminal. No estudo sobre o médio rio Doce, encomendado em 1904, a região é apresentada como um vazio demográfico, coberta de “luxuriante floresta”. A população, calculada em 255 mil habitantes, concentrava-se nas zonas altas dos afluentes do rio Doce, nos municípios de Guanhões, Manhuaçu e Caratinga, onde se plantava café. (ROSA, 1976)

A EFVM era uma “estrada de penetração” que abriu caminho dentro da floresta, margeando o rio Doce. Nos primeiros três anos, tendo aberto 200 quilômetros ao

tráfego, a ferrovia mantinha-se completamente deficitária porque a população e a atividade econômica eram incipientes (ALMEIDA, 1978). Um indicativo do progressivo adensamento demográfico foi o aumento do tráfego ferroviário, cujas “estimativas feitas um ano antes eram superadas pela procura cada vez maior”. O café, a madeira de lei e o transporte de passageiros deram importante contribuição para a obtenção das receitas que sustentaram a companhia (ROSA, 1976: 108-122).

Típica ferrovia de penetração, caracterizou-se pelo avanço rápido durante a primeira fase de construção (1903-1910)<sup>1</sup>, tendo atingido o rio Doce em 1906, onde hoje é Colatina, no Espírito Santo. Em 1907 a ferrovia penetra no Estado de Minas Gerais, chegando à atual cidade de Governador Valadares (Estação de Figueira), em 15 de agosto de 1910. A EFVM contava com cerca de 300 km trafegáveis, com a ponta dos trilhos no coração da floresta atlântica do rio Doce. É para a vila de Figueira que se “dirigem levas de posseiros, de retirantes, de trabalhadores do campo. É em Figueira que residem os ‘coronéis’. É para Figueira que se dirigem os comerciantes...” (SIMAN, 2008: 248). Nessa época a ferrovia passou ao controle da Itabira Iron Ore Company, entrando em cena o empresário americano Percival Farquhar. O traçado é mudado de Diamantina para Itabira e o objetivo passa a ser o transporte de minério de ferro.

O interesse pelo Vale do Rio Doce ganhou outra dimensão depois do anúncio sobre o potencial das reservas de alto teor do quadrilátero ferrífero, durante o XI Congresso Geológico e Mineralógico, realizado em 1910, na cidade de Estocolmo. Em 1911, o americano Percival Farquhar assumiu o controle do Brazilian Hematite Syndicate, criada em 1909, alterando seu nome para Itabira Iron Ore Company. A nova empresa, com participação majoritária de capitalistas ingleses, assumiu o controle das minas de minério de ferro e da EFVM. Depois de 1910, a EFVM prosseguiu margeando o rio Doce, em direção a Itabira, porém com muitas dificuldades financeiras e falta de mão de obra. Se os primeiros 300 km foram abertos em sete anos, os 100 km seguintes levariam doze anos (estação da atual cidade de Ipatinga, inaugurada em 1922) e os outros 100 km, mais dez anos (estação da atual cidade de Nova Era, inaugurada em

---

<sup>1</sup> A história da EFVM tem três fases diferentes: 1) período de 1901-1910, no qual o controle era dos engenheiros João Teixeira Soares e Pedro Nolasco Pereira da Cunha, fundadores da empresa; 2) período de 1910-1942, no qual o controle foi da Itabira Iron Ore Company, cujos acionistas eram representados por Percival Farquhar; 3) a partir de 1942, no qual o controle e da Companhia Vale do Rio Doce.

1932). O ponto terminal projetado para Itabira somente seria atingido em 1942, ano em que a EFVM foi encampada pelo governo federal.

O fato de existirem ferrovia e floresta à margem do rio Doce, numa região rica de minério de ferro, favoreceu a implantação de um parque siderúrgico com a tecnologia do carvão vegetal (COSTA, 1995). Favorecidos pelo projeto de industrialização do governo mineiro, a partir de Artur Bernardes, diversas companhias implantaram siderúrgicas a carvão vegetal, além das dezenas de fábricas de ferro gusa construídas na região (STRAUCH, 1955; PAULA, 1997; RACHE, s/d; GOMES, 1983). Em 1925 começou a funcionar a primeira usina siderúrgica integrada da América do Sul – a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Sabará. Seguiram a Usina Gorceix (1925), a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (1925) e a Metalúrgica Santo Antônio (1931). Em 1937, a Belgo-Mineira inaugurou a segunda usina: maior a carvão vegetal do mundo, introduzindo também o reflorestamento à base de eucaliptos. Essa nova usina foi implantada onde funcionou a antiga fábrica de Jean Monlevade<sup>2</sup>. Em 1944, cerca de 80 km abaixo de Monlevade, foi instalada a Companhia Aços Especiais Itabira – Acesita, na localidade de Timóteo, pelos sócios Percival Farquhar, Amyntas Jacques de Moraes e Athos de Lemos Rache.

As forças do Estado e do capital abriram caminho para outros empreendimentos, especialmente a indústria da madeira e o beneficiamento da mica. O reflexo da nova dinâmica econômica é o rapto crescimento da população urbana e do número de cidades, especialmente às margens ou próximas ao rio Doce, por onde corria os trilhos da EFVM. A indústria do carvão vegetal, destinada às siderúrgicas, e a extração de lenha tiveram um papel significativo na ocupação e devastação das matas. Os agentes das siderúrgicas compravam dos agricultores e fazendeiros o carvão vegetal, cuja venda, para ambos, servia como fonte de capitalização. A venda da madeira de lei, dormentes e lenha eram outras fontes importantes de recursos financeiros para os proprietários ou posseiros iniciarem suas lavouras ou criação de gado. Para os posseiros que ocupavam terras devolutas, pertencentes ao Estado de Minas Gerais, a extração da madeira e da lenha e a produção de carvão vegetal eram atividades ilegais, independente de serem

---

<sup>2</sup> Para uma visão do esforço realizado pelas Divisões Militares do Rio Doce, na década de 1820, para transportar os equipamentos para a fábrica de Jean Monlevade, do litoral do Espírito Santo até o médio afluente Piracicaba, na encosta da Serra do Espinhaço, no interior de Minas Gerais, veja Espindola (2005)

pequenos agricultores ou grandes fazendeiros. A lenha, principal fonte de energia, era destinada a estrada de ferro, siderúrgicas, olarias, panificadoras, caldeiras industriais e, principalmente, para servir ao consumo doméstico da crescente população (STRAUCH, 1958: 98; RACHE, s/d: 80 e seguintes).

A inauguração da estação ferroviária de Nova Era possibilitou o entroncamento da EFVM com o ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil. Portanto, nessa data, o Vale do Rio Doce estava ligado por ferrovia à cidade de Vitória, no Espírito Santo, à capital mineira Belo Horizonte e, por meio da Central do Brasil, ao Rio de Janeiro. Quatro décadas após iniciada a construção da EFVM, a primeira grande intervenção do governo federal, a rodovia Rio-Bahia (atual BR 116), impacta o Vale do Rio Doce. A rodovia, iniciada em 1937, cortou a região no sentido transversal à ferrovia, ligando-a com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, além de abrir o corredor para a migração originada do Nordeste. Esses dois grandes eixos se cruzam na cidade de Governador Valadares, facilitando o acesso à região e intensificando a exploração dos seus recursos naturais. A Rio-Bahia permitiu a constituição de um sistema viário integrador de toda a zona de floresta, ao cortar a região no sentido Sul-Norte, cruzando com as ferrovias (sentido Leste-Oeste) na cidade de Governador Valadares (EFVM) e Teófilo Otoni (Estrada de Ferro Bahia Minas), além de ligar-se com o ponto terminal da Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Caratinga. As três cidades assumiram a condição de pólo regional, ao concentrar as atividades de beneficiamento dos produtos regionais, a comercialização e a prestação de serviços.

Em 1942, outra decisão do governo federal atingiu diretamente a região, quando apoiado pelos EUA e pelo Reino Unido, Getúlio Vargas encampou os empreendimentos de Farquhar, nacionalizou a *Itabira Iron Ore Company*, incorporou a EFVM e criou a Companhia Vale do Rio Doce (VALE)<sup>3</sup>. A atividade de mineração se instalou sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial, ligando a região diretamente aos interesses estratégicos dos Aliados. Com base nas disposições contidas no Código de Minas, o governo federal desencadeou sua política para a área de exploração mineral, na década de 1940. Pouco antes, Getúlio Vargas havia dado o golpe e implantado o Estado Novo

---

<sup>3</sup> O Governo Vargas atribuiu a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, no seu estatuto, a responsabilidade de promover o desenvolvimento da bacia do rio Doce, porém foi apenas 1955 que a Vale destinou os primeiros recursos para esse fim, contudo sem efetivamente influenciar nos rumos do desenvolvimento regional (MEDEIROS, 1969).

(1937). O ano de 1942 foi decisivo nesse processo, quando a região foi elevada à posição de relevo nos cálculos estratégicos do governo, em função do minério de ferro e da mica. No ano do ataque japonês a *Pearl Harbor* foram assinados os Acordos de Washington. A VALE iniciou a reforma da EFVM para transporte de minério em grande escala, contando com engenheiros, técnicos e financiamento dos EUA. Os Acordos de Washington também proporcionaram ao governo brasileiro recursos para o saneamento e erradicação da malária do vale do rio Doce, por meio do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, em dois projetos pioneiros: Projeto Rio Doce e Projeto Mica.<sup>4</sup> Enquanto o Projeto Rio Doce atendeu os acampamentos dos técnicos e trabalhadores que reformavam a EFVM e as cidades e vilas situadas ao longo dos trilhos, o Projeto Mica se capilarizou para atender a produção de mica destinada à exportação.

A mica ou malacacheta era um minério estratégico para diversos empregos industriais, isolamento térmico, instrumentos de precisão e aeronáutica. As fontes indianas dessa matéria prima foram cortadas pelos submarinos alemães, forçando os EUA a encontrarem rapidamente outro fornecedor. Com apoio técnico e financeiro dos EUA foi implantado a indústria de extração e beneficiamento de mica, centrada na cidade de Governador Valadares. Os arrendatários ou proprietários das jazidas de mica extraíam o minério e o enviava para o beneficiamento em estabelecimentos com dezenas ou centenas de operárias. Os beneficiadores também contratavam os serviços de centenas de pequenas oficinas ou de trabalhadoras domésticas, espalhados em fundos de quintais pelos bairros pobres da cidade. Nos anos de 1950, o produto era na sua quase totalidade exportado para os EUA. (STRAUCH, 1959: 121-122)

Com a constituição de um sistema viário na década de 1940, se formou o que Martins (1975: 47) caracteriza como frente pioneira, com a entrada de diversos empreendimentos econômicos, particularmente a indústria madeireira, a mineração e a pecuária de corte.<sup>5</sup> As atividades de extração e beneficiamento da madeira de lei e de

---

<sup>4</sup> A instalação e manutenção de serviços urbanos básicos ficaram a cargo de um órgão federal, fugindo a soberania dos governos locais. (VILARINO, 2008).

<sup>5</sup> A frente pioneira é caracterizada pelo predomínio do interesse econômico capitalista no mercado de terras, por meio de empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, industriais, bancárias etc. (MARTINS, 1975, p. 47). Na região Rio Doce/Mucuri, na década de 1940, os interesses minerais (ferro e mica), siderúrgicos, madeireiros e pecuários influenciaram diretamente no processo de abertura da fronteira econômica (frente pioneira).

produção de carvão vegetal, ao abrirem centenas de estradas vicinais interligadas às rodovias e estações ferroviárias, permitiram a rápida ocupação das terras de floresta e favoreceram o predomínio da frente pioneira, caracterizada pela presença de pessoas com capacidade, influência e poder para constituírem grandes latifúndios<sup>6</sup>. Na verdade, a constituição da frente pioneira na região Rio Doce/Mucuri confirma a proposição de Waibel (1955: 412), de que eram “áreas insuladas de mata” formadas por correntes de penetração vindas de todos os quatro pontos cardeais, a partir da ligação que se estabeleceu com as duas cidades industriais: São Paulo e Rio de Janeiro.

O povoamento produzido pelas frentes de expansão demográfica (migração interna) caracterizava-se pelo processo de apossamento de terras devolutas para uso particular, por lavradores pobres. As terras florestais eram duplamente atrativas, primeiro pelo fato de estarem “disponíveis” para ocupação, já que eram terras devolutas; segundo, porque a floresta atestava serem terras “boas” para a agricultura. O apossamento era individual, porém promovido por conjunto de pessoas reunido por laços de parentesco e compadrio. A configuração natural do relevo favorecia o estabelecimento dos posseiros junto aos cursos d’água (córregos), cuja extensão da ocupação era determinada pela vertente. Existia uma inter-relação entre terras de mata, técnica de exploração e sistema de cooperação de vizinhança que favorecia o avanço da frente de expansão demográfica. Segundo Martins (1974: 45-46), essa se integrava à economia de mercado ao absorver excessos populacionais de outras zonas e ao produzir excedentes que eram comercializados. Isso caracterizava o uso privado das terras devolutas, num contexto no qual essas não eram regidas por valor de mercado.

O posseiro praticava o sistema da queimada e rotação de terras, com a roça dentro da mata, tendo como instrumento de trabalho a enxada e como cultivo o arroz, feijão, milho, abóbora, além de engordar porcos. A precariedade estrutural da frente de ocupação se intensificou a partir da penetração da frente pioneira. A valorização da terra como mercadoria, a compra e venda das posses dos lavradores pobres e a propriedade privada como condição para obtenção e manutenção da posse fecha os espaços para os posseiros pobres e desestrutura as suas comunidades de vizinhança (CASTALDI, 1957).

---

<sup>6</sup> Além dos particulares, também estavam presentes o interesse das grandes companhias pelo controle de grandes extensões de áreas florestais, com destaque para a siderúrgica Belgo-Mineira, possuidora de dezenas de milhares de hectares.

A força do capital e a atuação do Estado foram determinantes no colapso da frente de expansão demográfica, ao provocar a expulsão dos lavradores pobres (posseiros e proprietários) e ao reduzir a índice inexpressivo a participação da pequena propriedade na estrutura agrária. O capital e o Estado foram determinantes na configuração territorial fundada no latifúndio e na pecuária de corte. Em 1964, o rebanho bovino da região do Rio Doce se tornou um dos maiores de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1973: 66). O regime de exploração era marcado por um número insignificante de arrendatários e parceiros frente aos 75,7% de assalariados permanentes e temporários. O gado bovino era fornecido, principalmente, para frigoríficos do Rio de Janeiro (ESPINDOLA, AQUINO e MORAIS, 2009).

Os incêndios florestais respondiam indiretamente pela expansão da pecuária, ao provocar a substituição das matas pelos pastos de capim colonião. Os incêndios tomavam grandes proporções por causa do relevo de encostas com inclinações acentuadas e do clima seco, quente e pobre de precipitação, especialmente nas épocas de longas estiagens. As dezenas de milhares de posseiros a princípio se limitavam a utilizar uma pequena quantidade de madeira para suas necessidades básicas, deixando o fogo consumir o restante<sup>7</sup>. Não eram raros os incêndios de origem criminosa, provocados por grileiros com a intenção de destruir as culturas e benfeitorias dos posseiros, forçando-os a abandonarem as terras (PEREIRA, 1984). As queimadas acidentais também eram freqüentes, provocadas pelo descontrole ao “limpar” o terreno e pelas fagulhas expelidas pelas locomotivas. Esses incêndios contribuíam, em larga medida, para o predomínio do capim-colonião, que por sua vez era o principal meio de alastramento dos incêndios e devastação florestal. O capim-colonião, espécie invasora agressiva, capaz de deslocar até mesmo outras gramíneas africanas, era favorecido pelo fogo no seu processo de expansão em detrimento da floresta. A substituição da floresta pelo capim colonião, desta forma, contribuiu para o domínio da pecuária e da grande fazenda de gado bovino (ESPINDOLA, 2008).

Para Borges (1988: 209), nas primeiras décadas do século XX a fronteira tinha se mostrado interessante basicamente para os agentes da economia “camponesa”, porém o quadro modificou-se quando a região Rio Doce/Mucuri foi aberta para a penetração capitalista. Isso resultou em forte conflito pela posse da terra, num contexto dominado

---

<sup>7</sup> As queimadas para abertura de clareiras para a agricultura eram focos de grandes incêndios florestais.

pela atuação do Estado de Minas Gerais na regulação da apropriação privada das terras devolutas. As tensões chegaram ao auge no início da década de 1960, como se constata na proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar *in loco* as origens, natureza e profundidade da agitação reinante no meio rural, especificando nominalmente a região de Governador Valadares.<sup>8</sup> O tipo de exploração promovido pelo capital determinou o rápido consumo da floresta, ao financiar a extração da madeira de lei e a produção de carvão vegetal e lenha. A frente pioneira também induziu a devastação das matas pelo posseiro, na medida em que o recurso florestal tornou-se mercadoria.

Na primeira metade do século XX a floresta era transformada em madeira de lei para exportação e consumo interno; em dormentes para assentar os trilhos das estradas de ferro; em carvão vegetal e lenha para abastecer as locomotivas, os autos-fornos das siderurgias e as centenas de fornos de padarias, fundições, olarias, entre outros consumos industriais. Com o crescimento populacional o consumo doméstico de lenha também passou a responder por um aumento significativo da devastação florestal. A reforma da EFVM para transporte de minério em grande escala, na década de 1940, aumentou ainda mais o consumo da mata, tanto de dormentes, como para atender o aumento do número de viagens e a potência das locomotivas a vapor. A industrialização brasileira demandou um fornecimento crescente de aço e ferro pelas siderúrgicas mineiras, concentradas no Vale do Rio Doce, que por sua vez necessitaram de quantidades crescentes de carvão vegetal e lenha, acelerando a devastação das matas.

O geógrafo Ney Strauch (1955) contabilizou dezenas de serrarias no Vale do Rio Doce, com a maior concentração na cidade de Governador Valadares, onde operavam doze grandes unidades, na década de 1950. Pierre Monbeig (1984) descreve a expansão das serrarias no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, mas algumas características são comuns à região Rio Doce/Mucuri. A intensificação da exploração da madeira de lei estava ligada diretamente à implantação do sistema viário, mencionado acima, e a entrada em cena do caminhão. Como observou Mombeig para o Estado de São Paulo, também se encontra no Vale do Rio Doce as serrarias de dois tipos: as

---

<sup>8</sup> Proposta de Resolução PRC-39/1964, de 02 de março de 1964, do Deputado Federal do PSD, Cunha Bueno, arquivada pela mesa da Câmara. A informação encontra-se no site da Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível em [http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=235391](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=235391). Acessado em 18 de junho de 2009.



pesadas e as leves. As primeiras representam grandes investimentos em maquinarias e não podiam ser deslocadas facilmente, a exemplo do complexo de serraria e fábrica de compensado pertencente à Companhia Agropecuária Rio Doce (CAP), presidida por Júlio Soares, cunhado de Juscelino Kubitschek. Essa empresa localizada em Governador Valadares, subsidiária da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, foi vendida para um grupo empresaria de Belo Horizonte, em 1959. Indústrias de madeira desse porte se localizavam nas cidades maiores, junto às estações ferroviárias e com melhor fornecimento de energia. No caso da CAP e de outras de grande porte, tais como a Indústria Madeireira e Pecuária Cabral S.A. (IMAPEBRA) e Serraria Progresso S.A, que produziam para exportação, havia extensões de trilhos ou terminais exclusivas juntas aos estabelecimentos industriais. A abertura de estradas e o uso de caminhões garantiram o fornecimento, na medida em que as áreas de exploração de toras se distanciavam. As serrarias leves acompanhavam a marcha da exploração florestal, produzindo vigas, caibros, pranchas, tábuas e tacos para uso das construções e marcenarias locais.

Com a entrada da frente pioneira as matas se tornaram recursos florestais com expressivo valor de mercado. Isso não significou o fim dos incêndios florestais, porém esses passam a ser considerados desperdício de riqueza. Apesar de o latifundiário ter uma posição conflituosa com o posseiro, já que ambos almejam a terra (porém em proporções e finalidades distintas<sup>9</sup>), eles passam a compartilhar a mesma percepção em relação à floresta. O preço da terra com mata era maior do que o da terra desmatada. Ao retirar a cobertura florestal, o preço da terra se reduzia e, ao mesmo tempo, com parte do dinheiro da venda dos recursos florestais extraídos era possível pagar o terreno<sup>10</sup>. Para os dois tipos de atores, como para outros ali situados (agentes das siderúrgicas, ferrovias e produtores de carvão e lenha), a mata passou a ter valor e utilidade se fosse derrubada para ser vendida.

Ao enumerar os diversos fatores acima temos como objetivo identificar o conjunto de situações que provocaram a devastação da floresta. MOMBEIG (1984) identificou três estágios na exploração da floresta: retira-se a madeira de lei, depois as

---

<sup>9</sup> José de Souza Martins (1975) discute as finalidades distintas dos dois tipos de interesse perante a terra.

<sup>10</sup> Processo 19075, em nome do deputado estadual Geraldo Landi. Arquivo Geral do Instituto de Terra do Estado de Minas Gerais – ITER.

de médio porte e, por último, as de qualidade inferior. Esses três estágios ocorreram simultaneamente na exploração da madeira na região do Rio Doce/Mucuri. Essa questão da simultaneidade da exploração é um dos fatores que particulariza o processo em relação aos demais casos de exploração da floresta atlântica. O empreendimento síntese foi a CAP, subsidiária da siderúrgica Belgo-Mineira, que operava uma grande serraria de beneficiamento de madeira para exportação, uma fábrica de compensados para aproveitar a madeira de lei de segunda e dezenas de bases para compra de dormentes, lenhas e carvão vegetal produzidos por terceiros.

Na primeira metade do século XX, à medida que aumentava a quantidade de posseiros que vinham se estabelecendo na região, ao longo dos anos, esses se tornaram grandes devastadores da floresta. Primeiro para consumo próprio, na construção de suas benfeitorias (casa de moradia, paiol, abrigo para animais, monjolo, cercas etc.) e no consumo de lenha. Entretanto, a maior parte da mata era destruída pelo fogo, por causa da antiga prática da “queimada” para a limpeza e preparação do solo para o cultivo. Inicialmente a mata era um empecilho que o lavrador deveria remover, porém o mercado transformou a mata em recursos florestais, com valor que poderia ser convertidos em fonte de renda monetária para os lavradores, pela venda das árvores de madeira de lei e de dormentes, carvão e lenha. O mesmo procedimento foi seguido por fazendeiros e também por indivíduos residentes nas cidades, que passaram a devastar matas localizadas em terras devolutas, independente da legislação federal e estadual proibir tais práticas.

A mata como recurso não só impulsionou como viabilizou economicamente a compra de terras devolutas e a constituição da propriedade privada. Nada se perdia, porque tudo podia ser consumido e, portanto, tinha valor no mercado, como reconheceu o legislador mineiro: “As madeiras que não servirem para exploração comercial serão aproveitadas como lenha ou para fabricação de carvão... (MINAS GERAIS. Lei 550, de 20 de dezembro de 1949, Art. 75). O valor mercantil da floresta, sob diversas formas, transformou o processo de legitimação da posse num negócio altamente lucrativo. Assim, combinou-se o interesse pelas terras, de muitos, e o interesse exclusivo pelas matas, de poucos. Essa combinação permitiu que a compra de terras devolutas fosse feita com dinheiro oriundo da venda da floresta, principalmente da madeira de lei; procedimento esse ao “arrepio da lei”.

O governo se mostrava preocupado com a exploração ilegal das madeiras e devastação das matas, principalmente nas terras devolutas que lhe pertenciam. Havia uma contradição fundamental que envolvia a apropriação privada dos recursos territoriais, isto é, a apropriação da floresta se dava pela sua remoção e da terra pela sua ocupação. Em 1957 o Secretário de Agricultura Álvaro Marcílio em Exposição à Assembléia Legislativa fez o seguinte comentário: “Cumprer notar, porém, que o problema da defesa florestal, embora intimamente vinculado ao do solo, reveste-se de complexidade bem maior, pois enquanto a terra é inamovível por natureza, o mesmo não ocorre em relação à flora” (MARCÍLIO. 1961: 94).

A exploração da madeira tornou-se um recurso econômico muito eficaz para integralizar o pagamento das terras compradas do Estado e também para constituir um capital para tocar o empreendimento. Para um tipo de posseiro (aquele que dispõe unicamente da sua força de trabalho e a de sua comunidade de vizinhança), era praticamente insuperáveis as dificuldades para legitimar a sua posse com recursos obtidos da venda de sua produção agrícola, já que primeiro deveria sustentar os membros da família e prover os meios para a próxima safra. O excedente era suficiente, no máximo, para a compra do querosene, sal, tecidos, utensílios domésticos e ferramentas. Os processos de legitimação de terras existentes no Arquivo Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER demonstram as dificuldades do posseiro de pequena gleba pagar o valor do terreno à vista, ou mesmo em cinco prestações, acrescidas de 20%, como determinava a legislação. A crise do café, em 1929/1930, atingiu drasticamente o Vale do Rio Doce, eliminando praticamente a única cultura comercial que permitia acumular um excedente monetário para o pagamento à vista das terras. Os atrasos no pagamento das prestações levaram a seção de terras da Secretaria de Agricultura a recusar as propostas de compra parceladas.

O governo de Minas Gerais estabeleceu (tardamente) condições para que o ocupante de terras devolutas adquirisse recursos através de empréstimo. A Lei 348/1948 dispõe sobre o penhor rural de terras devolutas, e em seu artigo primeiro define as condições:

Os atuais e futuros ocupantes de terras de propriedade do Estado (terras devolutas) ficam autorizados a darem penhor rural dos financiamentos que lhes forem concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., ou outro estabelecimento de crédito, as culturas nelas existentes, instrumentos agrários e animais, cabendo ao Banco exigir prova de pagamento da ocupação (Lei mineira nº 348 de 1948).

Mesmo na hipótese de que o ocupante localizado dentro das matas tivesse acesso às informações referentes a créditos agrícolas e também um nível escolar suficiente para compreender a lei, de nada adiantaria. A lei desconheceu a necessidades do posseiro desprovido de recursos, pois o que aceitava como penhor eram exatamente os bens de subsistência e de trabalho das famílias ou aqueles que eram produzidos coletivamente, dentro do sistema de vizinhança. As benfeitorias eram na sua maioria precárias construções de madeiras, os instrumentos agrários eram os mais rudimentares possíveis e os animais, quando possuíam, eram poucas unidades de “porcos de toucinho”. Nessas condições, a madeira das terras devolutas era a melhor moeda de troca da região, de liquidez fácil e imediata devido à grande procura pelas serrarias, ferrovias, siderúrgicas ou consumo na forma de lenha.

A primeira iniciativa com o intuito de contornar o problema da retirada ilegal da madeira ocorreu, em 1938, quando o então Secretário da Agricultura, Israel Pinheiro, fez baixar uma portaria, em 15 de março, que ficou conhecida como “carta de ordem”. O objetivo era legalizar a retirada, dando condições para o comprador dispor de imediato dos recursos florestais, antes de completamente finalizado o processo de compra. Antes dessa portaria, o ocupante de terras devolutas só poderia derrubar matas e vender as madeiras, após a expedição e assinatura do título da propriedade (tramitação que poderia levar meses), além de depender da quitação integral do valor do lote. A “carta de ordem” ou também “ordem de madeira”, expedida após a comprovação do pagamento, representava em muitos casos o documento mais importante da constituição da propriedade privada, antes da emissão do título definitivo, sendo o único meio de extrair e vender madeira legalmente. Os processos de legitimação de terras demonstram a necessidade da carta de ordem e também abrem uma discussão sobre o perfil do posseiro ou como a lei o percebia.

O processo de legitimação das terras devolutas iniciava de duas maneiras: o ocupante poderia, por iniciativa própria, requerer a medição dos terrenos; ou o Estado, através dos Distritos de Terras, informaria aos ocupantes sobre a necessidade de medição, demarcação e compra dos terrenos. Em 1945 o Escritório Especial de Terras de Governador Valadares iniciou o processo de medição de dois lotes vizinhos localizados no Distrito de Campanário, Município de Itambacuri. Os sócios requerentes

eram José Matias Soares e Diomário de Oliveira, segundo consta nas certidões de casamento, ambos eram de Ponte Nova/MG, cidade a mais de 300 quilômetros de distancia dos terrenos. A área de matas dos dois lotes somava 481 hectares, conforme a medição realizada em junho de 1945. Seis meses mais tarde os requerentes cobraram do chefe de Fiscalização de Matas e Terras a aprovação da medição de um de seus lotes para que pudessem efetuar o pagamento e, com isso, obter a Ordem de Madeira, de vez que a madeira extraída ali seria fiscalizada por essa repartição, conforme alegaram. Já do outro processo cobravam a expedição do documento, pois haviam quitado o pagamento das terras a mais de um mês. O que se verifica no comportamento dos sócios é a importância dada à compra das terras não só para legalizarem os seus status de donos, mas principalmente para adquirirem o direito legal de derrubar a mata.

Os requerentes fizeram a proposta de compra das terras antes mesmo da aprovação da medição, o que é no mínimo incomum à tramitação normal de um processo, tendo em vista que só após a medição é que se determinava a área a ser vendida e o seu preço. A hipótese levantada é a de que o agrimensor responsável pela medição poderia informar aos interessados o valor aproximado do lote para que esses já providenciassem o pagamento. Muitos são os processos em que os pagamentos são feitos antes mesmo da aprovação da venda dos lotes, e em alguns casos são depositadas quantias superiores ao valor posteriormente definido pelos órgãos de concessões, o que em uma primeira impressão conclui-se que esses posseiros ou ocupantes, como a legislação os definiam, não correspondiam ao tipo de homem do campo, caracterizado aqui anteriormente, com pouco ou nenhum recurso para comprar a terra devoluta que ocupava.

Outro ponto que chama a atenção é o perfil dos “ocupantes” que compraram as terras. Apesar de José Matias e Diomário se identificarem como lavrador, os processos indicam que as atividades voltadas para o cultivo das terras eram bem modestas em um dos lotes e inexistentes no outro. Nenhum dos dois residia nas terras e também não declararam a existência de colonos ou prepostos<sup>11</sup>. As benfeitorias identificadas como barracas<sup>12</sup> demonstram que as terras tinham uma finalidade quase que exclusiva para a

---

<sup>11</sup> Espécie de empregado ou agregado responsável pelo terreno quando o “proprietário” não reside nas terras.

<sup>12</sup> É comum na atividade extrativista a instalações de barracas ou acampamentos para os trabalhadores responsáveis pela derrubada da mata. A precariedade desses abrigos corresponde o aspecto migratório

extração de madeira. Nos dois processos identificamos a atuação conjunta de um madeireiro de nome João Pereira Lopes e de um escritório de Advocacia com endereço de Belo Horizonte. Os processos contêm dossiês que demonstram a intermediação do madeireiro e dos advogados na compra de terras devolutas. Os processos revelam a existência de uma atividade altamente lucrativa, de curto prazo, no qual a venda dos recursos florestais permitia pagar o valor da terra devoluta.

Durante os anos de 1948 a 1951, no município de Itambaruci-MG foi intensa a troca de madeira pelo auxílio na compra de terras devolutas. A estratégia utilizada foi o “contrato de gaveta”, no qual era explicitado o compromisso do posseiro de vender as madeiras existentes no terreno ao Sr. João Pereira Lopes. Em contrapartida o madeireiro se tornava procurador do posseiro com a finalidade de viabilizar as documentações e o pagamento pela terra, como demonstra o processo 19.596, do requerente José Figueiró Torres, a seguir:

Os poderes conferidos pelo outorgante ao seu bastante procurador serão por ele exercidos de acordo com as clausulas da carta contrato que vai ser assinada, vendendo-lhe a madeira de lei existentes no direito de posse acima mencionado para com o produto de a mesma financiar a medição e legitimação do terreno na forma consigna (sic) no mesmo contrato, sendo a madeira vendida peroba de campo, digo rosa, vinhático, sucupira, ipê preto, cerejeira, cedro, peroba de campo e qualquer outra madeira que interessar a ele, procurador nas medições, espécies, qualidades quantidades e preços estipulados nas letras "A" e "B" da mencionada carta contrato. O procurador uma vês descontadas a medição e legitimação dos terrenos pagará ao outorgante o valor da madeira que foi extraída e que exercer das mesmas despesas até o final do implemento do referido contrato" 09/12/1948

O trecho acima é um dos contratos firmados entre o interessado em comprar as terras e o interessado na retirada da madeira. Era possível dimensionar a qualidade e o valor das árvores que existiam no terreno, pois se previa que após quitar todos os custos pela compra do lote, o requerente ainda teria um saldo financeiro positivo. O madeireiro repassava a procuração para o mencionado escritório de advocacia providenciar as orientações e documentações necessárias para garantir a aquisição, por parte do ocupante, do título de propriedade do terreno, que permitiria extrair toda a madeira. Um aspecto muito comum nos processos envolvendo extração de madeiras é a venda das terras, após a liberação do título de propriedade. Geralmente o novo proprietário requer

---

da atividade de extração de madeira, assim que se esgota uma área, imediatamente uma nova porção de terras deve ser explorada.

aos órgãos do governo o memorial e a planta de medição do lote para fins de Registro Torrens, que garantia o título definitivo de propriedade da terra.<sup>13</sup>

O governo de Minas Gerais percebeu que o título de propriedade de terras com matas era um instrumento jurídico para a retirada das madeiras. Com isso, em 1949, o governador promulgou a lei nº 550, referente à concessão de terras devolutas. O capítulo IX “Das concessões reversivas” revela que a legislação agrária do estado incorporou em seu texto a utilização das terras devolutas com finalidade exclusiva de exploração industrial de madeiras. A Lei nº 550, de 20 de dezembro de 1949, permitiu “conceder a empresas que tenham por objetivo a exploração industrial de madeiras, em lugar que se destinar à colonização, pelo prazo de 20 (vinte) anos, terrenos devolutos, até a área de 10.000 (dez mil) hectares.

A extração de madeiras, muitas das vezes, garantia um retorno financeiro bem maior que o valor investido na compra das terras, nessa perspectiva a compra de terras devolutas ricas em matas foi um empreendimento que possibilitou ao mesmo tempo a rápida acumulação de capital com a venda da floresta e a constituição da propriedade privada da terra. As motivações iniciais para o desmatamento era a necessidade de abrir clareiras para a agricultura e o estabelecimento da posse do lavrador, no sistema de cooperação vicinal. Entretanto, no segundo momento, de forma mais intensa, a devastação está ligada ao propósito de lucrar com a venda da madeira de lei e de atender a demanda de carvão vegetal e lenha, particularmente para as siderúrgicas.

A legislação de terras do Estado de Minas Gerais, durante a primeira metade do século XX, sofreu muitas modificações em virtude das mudanças na conjuntura econômica da região. Em relação à madeira de lei, o governo mineiro procurou controlar e fiscalizar com objetivo de impedir o contrabando e sonegação fiscal e não por um interesse de preservação dos recursos florestais. Entretanto, as modificações na legislação de terras foram abrindo brechas que favoreceram as derrubadas.

Na década de 1960 a indústria da madeireira perdeu importância, até deixar de existir. Na década de 1980 a pecuária entrou em decadência, por causa do esgotamento dos solos e do intenso processo de lixiviação. Em 1986, a VALE iniciou a exploração das minas de Carajás, deslocando grande parte dos seus interesses e esforços para essa região. Na década de 1990 as indústrias siderúrgicas substituíram o carvão vegetal pelo

---

<sup>13</sup> Em alguns casos a venda do lote demorava um pouco mais, de alguns meses a mais de um ano.

coque importado. Em 2001 ocorreu a primeira aquisição da Arcelor e, em 2006, houve uma fusão entre a Arcelor e a empresa indiana Mittal, que no ano seguinte deu lugar ArcelorMittal.

Água, matas e ferro foram fatores decisivos para a ocupação da região, porém configuraram um território contra a floresta. A força do capital e do Estado mudou a relação com a natureza, porém é preciso questionar quais foram os danos infligidos ao ambiente por siderúrgicas, mineradoras, carvoarias, ferrovias, entre outros. Hoje a bacia hidrográfica do rio Doce é uma das mais degradadas do estado de Minas Gerais, apesar de ter sido a última a ser ocupada. Também é preciso questionar as respostas e atitudes da sociedade: desconhecimento, indiferença, não pensar nas consequências, conveniência política, para não perder votos. Fernandes Tourinho, 400 anos antes, se deixaram iludir pela riqueza imaginária da serra das esmeraldas; 100 anos atrás, Nelson de Sena acreditou nas “*opulências e tesouros*” do vale do rio Doce, porém nos últimos 40 anos o Vale do Rio Doce é marcado pela migração dos agentes econômicos e da população, num quadro de profunda crise ambiental.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do Rio Doce*. 2ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1978.

BORGES, Maria Eliza L. **Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais(1950-1964)**. Belo Horizonte, UFMG, 1988. [Dissertação de Mestrado]

CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio no Catulé. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de et al. **Estudos de sociologia e história**. São Paulo, Inep – Anhembi, 1957, pp. 17-130.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria a diversidade do meio ambiente urbano. Belo Horizonte, CEDEPLAR-FACE-UFMG, 1995 [Tese de Doutorado].

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC; Aimorés: Instituto Terra; Gov. Valadares: Ed. Univale, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p.178-197, Jun. de 2008.

ESPINDOLA, H. S., AQUINO, B. P., MORAES, J. C. P. P. Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais Eletrônicos e [CD-Rom] / **XXV Simpósio Nacional de História**; Enilce Lima, Ítalo Bezerra e Márcio Moreira, Organizadores. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-Rom.

GARCIA, Paulo. **Terras Devolutas: Defesa Possessória Usucapião Registro Torrens**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958.



GENOVEZ, P. F.; VILARINO, M. T. B. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. In.: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (org.). **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010, p. 119-154. Disponível em [http://www.univale.br/sites/editora/e\\_books/](http://www.univale.br/sites/editora/e_books/).

GOMES, Francisco Magalhães. **História da Siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1983.

JUNQUEIRA, Messias. **O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas**. São Paulo. Livraria dos Advogados Editora Ltda, 1976.

MARCÍLIO, Álvaro. **O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1961.

MARTINS, José de Souza. Frentes pioneiras: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 47-50.

MEDEIROS, Jarbas. O Planejamento Regional no Vale do Rio Doce. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Ano 63, n. 3, mar. de 1969.

PAULA, João Antônio de. Dois Ensaios sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil. In. *II Seminário sobre a Economia Mineira 2. Diamantina, 1983*. Anais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMC, 1983

\_\_\_\_\_. (Coord.) **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

RACHE, Athos de Lemos. **Contribuição ao estudo da economia mineira**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1957.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2º Ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2008

SIMAN, Lana Mara de Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades**. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, UFMG, 1988.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008, p. 241-270.

STRAUCH, Ney. **A Bacia do Rio Doce**. Estudo Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1955.

\_\_\_\_\_. **Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958.

VILARINO, Maria Terezinha B. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do médio rio Doce: 1942-1960**. Belo Horizonte, UFMG, 2008 [Dissertação de Mestrado]

SENNA, Nelson. **Bacia do Rio Doce**. Belo Horizonte, I. Oficial, 1906.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem Pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1974.

ROSA, Léa Brígida R. de A. **Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas: 1890-1940**. São Paulo, USP, 1976.[Dissertação de Mestrado]

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. XVII, n. 4, pp. 389-422, out./dez. de 1955.